



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



Crise do Cidadania é o último capítulo da história do antigo Partidão

Está no prelo o terceiro volume da trilogia *Uma longa jornada até a democracia*, dedicada à história do centenário Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922. Editada pela Fundação Astorgildo Pereira (FAP), a obra percorre um século de lutas, derrotas, clandestinidade, reinvenções e rupturas do chamado "Partidão".

O primeiro volume, de autoria do jornalista Carlos Marchi, acompanha a trajetória comunista até o 6º Congresso, em 1967, realizado na mais rigorosa clandestinidade. O segundo, escrito por Eumano Silva, retrata a resistência ao regime militar, que prendeu milhares de militantes, assassinou dirigentes históricos e desmantelou 14 gráficas da Voz Operária, sem, contudo, anular o papel do PCB na articulação da frente democrática que derrotou a ditadura.

O terceiro volume, novamente assinado por Marchi, trata do período mais controverso da história do partido: a mudança de nome para Partido Popular Socialista (PPS), em 1992, e o caminho que levou à criação do Cidadania 23, em 2019. O personagem central dessa etapa é o ex-senador Roberto Freire, que comandou a legenda por três décadas e hoje voltou à presidência por decisão judicial, contra a vontade de 69 dos 101 membros do Diretório Nacional. O livro fecha o ciclo centenário, acaba antes da crise fraticida que o partido atravessa. Essa é uma outra história.

Durante os dois anos de afastamento de Freire, o partido foi presidido pelo ex-deputado fluminense Comte Bittencourt, cuja eleição unânime virou um imbróglio cartorial e judicial, que mergulhou o Cidadania num limbo institucional. O enredo político é conhecido. O PPS nasceu em 19 de março de 1992, quando a maioria da direção do PCB decidiu abandonar o marxismo-leninismo e adotar o socialismo democrático, preservando a sigla 23 e o patrimônio partidário. A decisão foi contestada por setores que re-fundaram o PCB — o chamado "Pecebinho".

Nos anos 1990, o PPS tentou se afirmar como uma esquerda democrática e reformista, lançando Ciro Gomes à Presidência em 1998 e 2002. No início dos anos 2000, apoiou o primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas rompeu com o PT em 2004. A partir daí, aproximou-se do centro e da centro-direita, especialmente do PSDB, apoiou o impeachment de Dilma Rousseff e integrou o governo Michel Temer.

Em 2019, já em crise de identidade, adotou o nome Cidadania, com objetivo de atrair para seus quadros lideranças dos movimentos cívicos que protagonizaram o impeachment e servir de plataforma para a candidatura de Luciano Huck à Presidência, defendida por Freire, mas que não vingou.

Apesar de ter votado majoritariamente com o governo Jair Bolsonaro no início da legislatura, durante a pandemia, o partido aprovou indicativo de impeachment em 2021. Em 2022, integrou a Federação PSDB-Cidadania, apoiou Simone Tebet no primeiro turno e Lula no segundo. Em 2025, dissolveu a federação e iniciou aproximação com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), acenando com nova federação ou até fusão.

A crise atual

É nesse ponto que está o cerne da crise atual. O Cidadania vive sob uma presidência cartorial, exercida por Roberto Freire por força de liminar concedida por um desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, enquanto o Diretório Nacional resiste à sua volta e tenta manter Comte Bittencourt no comando. O resultado é a paralisação: contas bloqueadas, aluguel atrasado, funcionários e fornecedores sem receber, internet cortada, apesar de mais de R\$ 3 milhões em caixa.

O conflito teve origem no não-registro, em cartório, da ata que elegeu Comte, sob a alegação da que não fará anexada uma carta de licença de Freire — lida pelo sindicalista Davi Zaia em reunião, mas nunca apresentada. A reunião foi gravada. Freire nega tê-la assinado. Desde então, o cartório passou a rejeitar todas as atas subsequentes. Em meio ao impasse, Freire foi empossado administrativamente e, depois, judicialmente.

A disputa chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas o ministro Gilmar Mendes manteve a decisão do TJDF, por entender tratar-se de matéria interna. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ministra Carmen Lúcia também se declarou incompetente para julgar o caso, com base em jurisprudência do Supremo. Nos bastidores, a crise tem outro vetor: a disputa pelo controle legal do registro partidário e do fundo eleitoral. É protagonizada pelo tesoureiro do Cidadania e líder da bancada, Alex Manente (SP) — aliado do presidente da Câmara, Hugo Motta, e do governador Tarcísio de Freitas —, que contratou o prestigioso advogado Rodrigo Mudrovitsch para judicializar a disputa.

Manente se fez acompanhar de Mudrovitsch e do presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), em despachos auriculares e conta com o apoio Motta e do governador do Distrito Federal, Ibanez Rocha (MDB). O parlamentar defende uma federação com o Republicanos, partido ligado à Igreja Universal, com vistas a uma futura fusão, e não apenas por eventual conveniência eleitoral em São Paulo. Sem o "S" na sigla, as portas do Cidadania ficaram abertas para políticos bolsonaristas.

Antifese da federação com o PSB, a proposta de federar com o Republicanos, simbolicamente, pode significar o ponto final da longa e tortuosa história do antigo Partidão. A maioria dos militantes oriundos da fundação do PPS — ex-comunistas, socialistas e social-democratas — rejeita a deriva da legenda ao Centrão, se sente traída por Freire e não reconhece estatuta para liderar o partido em Manente, que defende um grande expurgo na legenda. O Rubicão será a reunião do Diretório Nacional nesta segunda-feira.

GASTOS PÚBLICOS

Brasil distorce teto salarial

Pesquisa com 10 países indica que juízes brasileiros recebem salários muito acima do padrão internacional, puxados por benefícios extras

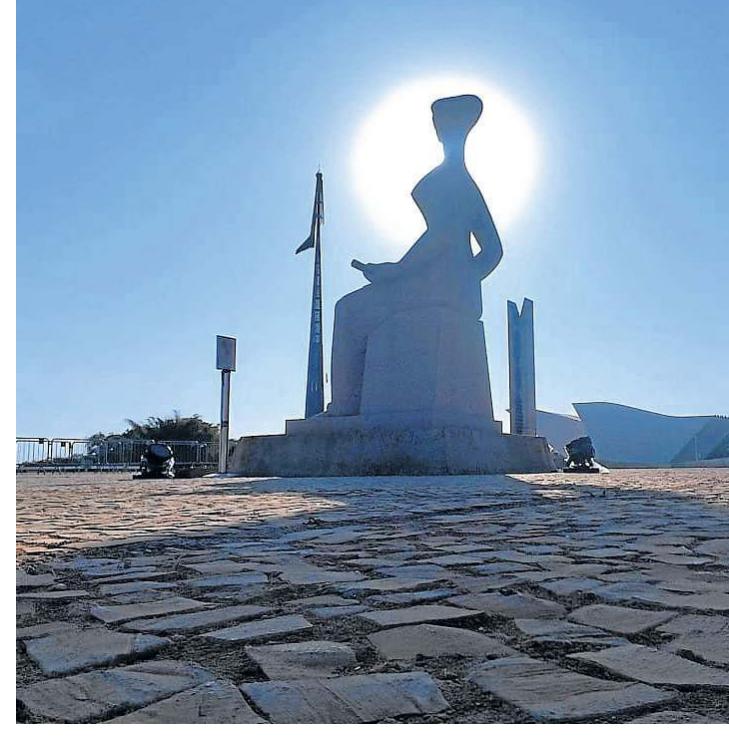
» FABIO GRECHI

Um estudo comparativo dos salários do funcionalismo brasileiro com o de 10 países mapeou as distorções apontadas pela decisão do ministro Flávio Dino, no Supremo Tribunal Federal (STF), na quinta-feira, que deu um prazo de 60 dias aos Três Poderes — seja federal, estadual ou municipal — para que expliquem as razões para "penduricalhos" e benesses, que, uma vez incorporadas aos salários, fazem com que o teto constitucional do serviço público seja ultrapassado. Organizado pelo Movimento Pessoas à Frente e República.org, e divulgado em novembro, o estudo faz uma observação contundente sobre o Judiciário brasileiro.

Intitulado "Benchmark internacional sobre teto salarial no setor público", o levantamento esquadrinhou os salários do funcionalismo na Alemanha, na Argentina, no Chile, na Colômbia, nos Estados Unidos, na França, na Itália, no México, em Portugal e no Reino Unido. Ao confrontar os dados do Brasil com os dos 10 países, o estudo observa que "especificamente com relação aos magistrados, os dados comparativos chamam mais atenção".

Enquanto a remuneração inicial ofertada a um magistrado brasileiro é a quarta maior entre os países analisados (muito próxima do salário dos juízes do Reino Unido, e inferior à paga aos pares nos EUA e no México), no topo, um juiz chega a ganhar seis vezes mais do que as autoridades máximas do Judiciário português, quatro vezes mais do que ministros das cortes constitucionais da Alemanha, da França, da Argentina e dos EUA, três vezes mais do que os maiores salários pagos a juízes no Chile e na Colômbia,

Ed Alves / CB/DaPress



Estátua da Justiça: penduricalhos turbinam a renda dos magistrados

e mais do que o dobro pago aos presidentes dos tribunais superiores do Reino Unido, da Itália e do México.

O estudo chama a atenção, ainda, de que "quase 11 mil juízes brasileiros ganham mais de US\$ 400 mil (Paridade de Poder de Compra — PPP) entre agosto de 2024 e julho de 2025, o que ultrapassa a remuneração paga a qualquer juiz de sete dos 10 países estudados". Na página 41, o comparativo avverte que "há juízes sem cargo que receberam, em 2024, mais de US\$ 1,3 milhão PPP, em grande medida em virtude de decisões judiciais ou administrativas que lhes asseguraram o pagamento de parcelas retroativas".

Embora conclua que "os diversos esquemas de governança

remuneratória observados não impedem o pagamento de altos salários a funcionários públicos nos países que compõem este benchmark", o estudo chama atenção para a forma como são turbinados os salários do funcionalismo e que isso não é uma exclusividade do Judiciário. "Um fator essencial para a produção de supersalários é a criação ad infinitum de parcelas salariais adicionais voltadas, em tese, a premiar condições específicas da vida funcional de cada servidor e complementar a remuneração principal recebida por cada um.

desempenho, adicionais por qualificação etc. Tais complementos são criados ou reinstituídos sem limites, e se tornam tão relevantes na composição salarial de seus beneficiários que a própria parcela principal (ou, por vezes, única, como no caso do formato subsídio) se torna completamente acessória".

E chama a atenção para aquilo apontado na decisão do ministro Flávio Dino — que os "penduricalhos" são habitualmente apresentados como "verbas indenizatórias". "A regra é que essas parcelas são definidas como de cunho indenizatório, sem incidência tributária ou previdenciária e, igualmente, não sendo alcançadas pela limitação do teto".



Um fator essencial para a produção de supersalários é a criação ad infinitum de parcelas salariais adicionais voltadas, em tese, a premiar condições específicas da vida funcional de cada servidor e complementar a remuneração principal recebida por cada um"

Trecho do estudo "Benchmark internacional sobre teto salarial no setor público"

Elogios a Dino

O vice-presidente Geraldo Alckmin elogiou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino por agir contra "esse escândalo dos supersalários acima da Constituição brasileira". O ministro determinou que os chefes de Poderes devem publicar ato discriminando cada verba remuneratória, indenizatória ou auxílio, o seu valor, o respectivo critério de cálculo e o fundamento legal específico.

"Eu quero fazer um elogio público aqui a um juiz, o ministro Flávio Dino, que por meio da Constituição está servindo ao povo brasileiro. Esse escândalo dos supersalários, acima da Constituição brasileira, estabelece teto para cada Poder. Então, nós temos que valorizar esses aspectos importantes que o regime democrático, o funcionamento do Supremo nos trazem", afirmou.

O vice-presidente afirmou estar "muito feliz" onde está e disse que a decisão sobre a renovação ou não da chapa presidencial será "mais para frente". Além da Vice-Presidência, Alckmin acumula o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

"Estou muito feliz trabalhando com o presidente Lula, trabalhando pelo país, quando lá a camisa no Ministério da Indústria, fazendo todas as reformas aí que a gente precisa fazer", disse.

Para São Paulo, Alckmin disse que seu campo terá "um bom candidato", mas não será ele. "Não sou eu. Mas nós vamos ter, num momento adequado, nós vamos ter um bom candidato para poder colocar, para servir a população do Estado", sustentou.

Alckmin elogiou os ministros da Fazenda, Fernando Haddad (PT), do Planejamento, Simone Tebet (MDB), e do Empreendedorismo, Márcio França (PSB), destacando o desejo deste último de disputar o Palácio dos Bandeirantes. "E tem outros nomes, que nem estão na imprensa, mas tem outros nomes. Então, isso vai amadurecer", completou.



Boletim informativo das Organizações PaulOctavio

EDIÇÃO N° 1039 | ANO 51

8 DE FEVEREIRO DE 2026 | BRASÍLIA/DF



AÇÃO PELA EDUCAÇÃO

PAULO OCTAVIO INICIA DISTRIBUIÇÃO DE KITS ESCOLARES NOS CANTEIROS DE OBRAS

A PaulOctavio iniciou a distribuição de kits com materiais escolares para filhos e netos de trabalhadores dos canteiros de obras, mantendo a tradição de mais de três décadas. A iniciativa beneficia operários com dependentes matriculados nos ensinos fundamental ou médio, no Distrito Federal e Entorno. A ação integra o programa de apoio à educação desenvolvido pela empresa desde o início dos anos 1990, quando a construtora promoveu a alfabetização de todos os funcionários dos canteiros de obras.

A distribuição ocorre anualmente, coincidindo com o início do calendário letivo. As primeiras entregas ocorreram nas obras do Residencial Geraldo Estrela, na 113 Norte, e do edifício PO Capital 1, no SRTVN. Os mais de 1,5 mil kits incluem materiais de largo consumo e itens voltados ao incentivo ao aprendizado. A iniciativa contribui para melhorar o desempenho educacional das crianças e dos adolescentes.

O empresário Paulo Octávio destacou a importância do projeto durante a entrega ao operário Wesley Vicente, pai de cinco filhos. "O objetivo é estimular o estudo, aumentar a participação dos pais na educação dos filhos e ampliar as oportunidades para as novas gerações", disse, destacando o fato de que o Brasil precisa de mais pessoas alfabetizadas e qualificadas.

A engenheira Milena Cunha, do PO Capital 1, reforçou a relevância da educação para o futuro das crianças. Para ela, que também é professora, independentemente da carreira escolhida, a formação educacional é essencial. "E o recebimento de novos materiais escolares pode motivar os estudantes", acrescentou.

www.pauloctavio.com.br